

QUANDO AS PALAVRAS TRADUZEM VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: DISCURSOS E NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Rosane Cristina de Oliveira (UNIGRANRIO)
rosanecrj@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão sobre os discursos que corroboram no processo de construção, efetivação e perpetuação da violência de gênero, tendo no campo das palavras o principal instrumento de violência simbólica contra o feminino. A partir do método de análise de discurso, são elencadas as principais expressões machistas, sexistas e misóginas e, em seguida, contextualizadas no campo sócio-histórico e cultural brasileiro. Ao longo do tempo os discursos estiveram e estão presentes como elemento fundamental das relações sociais, pois expressam as mais variadas formas de pensar e agir entre os sujeitos ou grupos sociais. Portanto, nota-se que as palavras, as expressões e outras formas de demonstrar o pensamento não nascem com o indivíduo (logo, não é naturalizado), mas ao contrário, já estão inscritas nas sociedades antes do nascimento e permanecerá (com alterações ou não) para as gerações futuras, pois estão alicerçadas nas ideologias formuladas ao longo de um processo sócio-histórico de produção de tais palavras e expressões. Esta apreensão da análise do discurso tendo a ideologia como foco principal foi enfatizada por Michel Pêcheux (2006). Por outro lado, de acordo com Fiorin (1988), o processo de comunicação perpassa pelos interesses e a manipulação com o intuito de aquele que transmite a mensagem, independente de outros elementos, fazer com que o receptor acredite no que está sendo comunicado. Neste aspecto, outra questão é essencial, a chamada violência simbólica, inscrita nas palavras e no seu poder, cuja legitimidade está naquele que pronuncia, conforme salientado por Pierre Bourdieu (2007). Assim, no que tange a violência de gênero, que está baseada nos discursos produzidos pelos agressores, esta é percebida ou não de acordo com elementos culturais e os modos de socialização ao longo dos processos históricos sob os quais os sujeitos estão expostos. Neste sentido, com o intuito de corroborar com os estudos que refletem sobre a problemática das violências de gênero, este artigo conjuga a linha teórica sobre gênero e machismo, tendo como ponto de reflexão a análise do discurso do primeiro episódio da minissérie “Quem ama não mata”, de 1982, exibido pela Rede Globo. Este programa televisivo retratou diretamente a história em torno do assassinato de mulheres, destacando depoimentos de parentes, amigos e de representantes policiais sobre as vítimas.

Palavras-chave:

Discurso, Violência Simbólica, Violência de Gênero.

1. Introdução

A violência contra o feminino tem sido tema de diversos trabalhos acadêmicos e de áreas diferenciadas, tais como direito, ciências sociais, história e saúde. No campo das letras, há uma variedade de estudos literários sobre o feminino, entre outros. Essas dimensões discursivas cujas

marcas perpetuam-se ao longo do tempo através do processo de socialização, encontram na cultura machista o principal instrumento de naturalização da violência de gênero, especialmente contra mulheres.

É importante ressaltar que o machismo, na condição de elemento cultural, está impresso nos atos, palavras, configurações diversas, no bojo da sociedade, conforme salientou Drumond (1980). Neste processo, a forma com a qual determinados atos violentos são narrados traduzem, implícita ou explicitamente, a formação cultural do sujeito e as bases sob as quais seu discurso está inserido.

As mídias, entre as quais se destaca para este artigo a televisiva, são fundamentais na propagação de determinados discursos que perpetuam ou promovem críticas em torno de alguma questão social. A proposta deste trabalho, portanto, é analisar as narrativas e as práticas discursivas contidas na minissérie “Quem ama não mata”, produzida pela Rede Globo de Televisão, no ano de 1982. Com 20 capítulos, em média com 35 minutos de duração cada um, a produção apresentou a dramatização, seguida de trechos da repercussão nos jornais e depoimentos diversos, de crimes de chocaram a opinião pública. Tratava-se do assassinato de mulheres, na época categorizado como “crimes passionais”.

Neste breve artigo, o método utilizado é a *análise de discurso* para construir uma reflexão acerca do discurso proferido em torno da questão da violência contra as mulheres, tendo como foco analítico o primeiro episódio da referida minissérie, destacando as narrativas das personagens, com o intuito de compreender os aspectos históricos, culturais e ideológicos contidos direta ou indiretamente em suas práticas discursivas. A escolha do referido episódio alicerçou-se no fato de que as sutilezas sob as quais os discursos foram proferidos, traduzem simbolicamente as bases que denotam a naturalização da violência contra mulheres.

O texto que segue está dividido em duas partes. A primeira parte apresenta uma discussão em torno da subalternização do feminino e as marcas simbólicas deste processo, enfatizando autores fundamentais para as discussões em torno da violência de gênero, como Pierre Bourdieu, Heleith Safiotti e Mary Del Priori. Na segunda parte, a ênfase está na análise discursiva do primeiro episódio da minissérie “Quem ama não mata”, destacando nos diálogos e nas subjetividades e nuances os aspectos que denotam a naturalização dos elementos típicos da cultura machista e da misoginia.

2. *Sobre os discursos, as palavras e a marcas simbólicas ao longo do tempo: a construção da subalternização do feminino*

Michel Pêcheux, fundador da Escola Francesa de Análise do Discurso, salientou que os discursos são produzidos socialmente, de acordo com o contexto sócio-histórico sob o qual os sujeitos estão inseridos, bem como possuem conotação ideológica. Portanto, a análise do discurso tem como elemento fundamental a relação entre o político e o simbólico, ou seja, é possível compreender as variadas formas de significação simbólica do poder. Além de pensar esta relação, a análise do discurso também pode inserir-se na interlocução entre os sujeitos e a dimensão natural e social na qual está inserido. Neste ponto, conforme destacou Orlandi (2009),

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2009, p. 15)

Em se tratando da linguagem discursiva, é importante ressaltar que são proferidos, geralmente, em torno de uma determinada questão cultural, política ou ideológica e, dessa forma, costumam expressar a legitimação de variadas dimensões e a violência de gênero é uma delas.

A dinâmica que envolve a produção dos discursos, conforme salientou Michel Foucault (1996, p. 30-1), “as condições impostas a um sujeito qualquer para que ele possa se introduzir, funcionar, servir de nó na rede sistemática do que nos rodeia”, e, portanto, não há um indivíduo que produz, de fato, determinado discurso, uma vez que estes inserem-se na análise do discurso “por portas por assim dizer laterais, no interior de um sistema, que não somente se conserva desde um certo tempo, com sua sistematicidade própria e num certo sentido independente da consciência dos homens”. Na perspectiva de Foucault (1996), a questão discursiva existe independente do emissor do discurso, ou seja, este seria um ato de reprodução social já recorrente no cotidiano e historicamente inscrito.

Nos variados campos históricos de construção social o processo de subalternização do feminino esteve e continua presente. Desde os discursos religiosos até nos universos literários, a figura feminina possui conotação diferenciada, ou seja, em geral é alocada na invisibilidade. O machismo, como elemento cultural e naturalizado, está presente no pro-

cesso de socialização e, por este motivo, sua reprodução social é eficaz e perpetua-se. Neste sentido, a educação machista consiste em normas, regras, modos de ver e agir, propagados na sociedade, cuja principal característica está em observar o feminino em contraposição e inferior ao masculino. Portanto, de acordo com Drumond (1980),

O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominância que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. (DRUMOND, 1980, p. 82)

Nos espaços institucionais, como a Escola, a Família e a Igreja, por exemplo, a dominação masculina é observada de diversas formas, conforme salientado por Pierre Bourdieu (2007). No processo de transmissão dos valores, de maneira formal, aos membros da sociedade, a escola se impõe como um eficaz instrumento de construção de uma série de perspectivas comportamentais. Em relação ao papel da família no processo de inferiorização do feminino, Bourdieu (2007) enfatiza que,

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita da linguagem. (BOURDIEU, 2007, p. 102)

No caso brasileiro, o papel social feminino esteve em desvantagem desde o período colonial, pois a misoginia e moralismo típicos deste período, conforme enfatizou Mary Del Priori, ao destacar a lógica comportamental sob a qual as mulheres estavam submetidas, pois “adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização. (DEL PRIORE, 1993, p. 27).

Algumas historiadoras feministas, entre as quais destaca-se Heleieth Safiotti, argumentam que o padrão patriarcal advindo e perpetuado do modelo colonial brasileiro, corrobora para a permanência da violência contra as mulheres. Assim, no que tange a culpabilização da mulher pela violência sofrida, especialmente na vida privada, em geral argumentam-se que a mulher é responsável pelo fracasso no casamento porque, por exemplo, “ela não cumpriu o seu papel de mulher”. Este “papel”, supostamente, diz respeito à insatisfação sexual do parceiro, os cuidados “inadequados” no cotidiano doméstico, o não cumprimento de “ordens” do companheiro, entre outros. Por outro lado, a cultura machista está impressa, também, no comportamento feminino. E, neste interim, a mulher

é vítima e algoz do discurso de produz e reproduz as práticas de subalter-nização do feminino. Para Saffioti,

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. (SAFFIOTI, 2015, p. 37)

Neste sentido, ao observarmos os aspectos naturalizados impres-sos na ação discursiva dos sujeitos, uma mãe, que exerce poder sobre o filho, “naturalmente” constituído, também pode na sua prática discursiva determinar ou ressignificar os modos de pensar e agir do receptor do discurso. Ao dizer à sua filha “homem é assim mesmo”, após um ato de violência que sofreu, o que está inscrito neste discurso denota a constru-ção histórica e ideológica em torno da dominação masculina: o homem justifica seu ato violento por ser homem, ao passo que a mulher, aceita, pois naquela frase está impresso o fato de que o “homem pode ser violento”. Esta permissão, institucionalizada e naturalizada, perpetua-se nas sutilezas dos discursos, conforme apontado no próximo tópico, cuja dis-cussão enfatiza a análise do discurso inseridos no primeiro episódio da minissérie “Quem ama não mata”.

3. *A violência de gênero inscrita nas palavras: “Quem ama não ma-ta”*

As mídias (como as redes virtuais e a Televisão, por exemplo), representam alguns dos espaços onde o discurso encontra amplitude e atinge um número considerável de indivíduos que, de certa forma, em seus atos de “fala” e/ou “escrita”, expressam “livremente” a forma que interpretam determinados atos e acontecimentos ao seu redor. Assim, a dimensão ideológica que está impressa nesses discursos, mais do que apresentar elementos da sociabilidade contida no cotidiano, são embuti-das de questões que permeiam a sociedade do ponto de vista sócio-histórico e cultural (ORLANDI, 2009).

“Quem ama não mata”¹ foi uma minissérie exibida pela Rede Globo de Televisão, no ano de 1982, apresentando uma sequência de crimes “passionais” que mobilizaram a opinião pública naquele período. Entrelaçando ficção e trechos de depoimentos, ação da polícia e membros das famílias das vítimas, a produção televisiva enfatiza a violência doméstica contra mulheres. Entretanto, tanto nas interpretações como nas narrativas obtidas na “vida real”, nota-se os aspectos da cultura machista enraizada na sociedade brasileira. É importante ressaltar que, embora estivessem em voga as lutas feministas com o intuito de mobilizar a sociedade para a situação das mulheres naquele contexto nos variados níveis do cotidiano, no Brasil, a primeira iniciativa direcionada para a proteção das mulheres vítimas de violência ocorreria somente em 1986, com a criação da primeira Delegacia de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, as DEAM’s. (OLIVEIRA, 2015).

O primeiro episódio da minissérie “Quem ama não mata”, foi ao ar no dia 12 de junho de 1982. Baseado em acontecimentos reais sobre violência e assassinato de mulheres cometidos por companheiros e/ou ex-companheiros, a produção televisiva, em princípio, tinha como objetivo chamar a atenção da sociedade para esta problemática. Dos 20 capítulos da série, neste breve trabalho destacaremos o primeiro episódio, que apresenta uma narrativa típica de um casal de classe média, que se mudam do subúrbio carioca para o Bairro da Barra da Tijuca. Com duração de pouco mais de 36 minutos, é possível observar, nas atitudes e diálogos das personagens, elementos “naturalizados” machistas e que suscitam a violência sob a qual a mulher estava inserida. Desde narrativas sutis à falas e atos violentos, a relação entre vítima e agressor apresenta-se inserida no discurso de inferiorização do feminino.

O capítulo inicia-se com imagens aéreas da cidade do Rio de Janeiro e em seguida, trechos confusos de um homicídio em um apartamento situado na Barra da Tijuca. A repórter pergunta ao delegado sobre o ocorrido e, entre algumas falas confusas, ele diz: “... *não há nada de novo... é tanto amor que eles terminam se matando!*”. Esta narrativa

¹ A minissérie “Quem ama não mata”, foi exibida entre 12 de julho e 6 de agosto de 1982, cuja autoria é de Euclides Marinho, Denise Bandeira e Tânia Lamarca. A direção foi de Daniel Filho e Dennis Carvalho. A produção televisiva insere-se na categoria de “drama policial e foi baseada em fatos reais, conta as histórias de cinco casais, enfatizando os dramas e a faces das violências do ponto de vista do gênero que permeiam a vidas destes casais.

compõe a forma com a qual os crimes que, na atualidade são tipificados como feminicídio², eram atribuídos aos homicídios cometidos entre casais, motivado quase sempre por ciúmes. O ano em que o episódio se inicia é 1981 e, embora não apareçam imagens sobre o ocorrido, em seguida, a ficção apresenta momentos da vida de Alice e Jorge.

É importante observar que os termos “amor” e “morte” estão na mesma frase proferida pelo Delegado, atribuindo ao primeiro o motivo para o segundo. Neste ponto, embora as referidas palavras isoladamente não tenham interligação, na narrativa são complementares e inter-relacionam-se simbolicamente. Em geral, o “amor” envolvido diz respeito à possessividade e passionalidade contidas no campo das relações abusivas. Tais relações, em geral, são retratadas como algo “normal” e no que tange o “lugar” da mulher neste tipo de relação são elas o motivo do desalinho no casamento e, portanto, o objeto que precisa cumprir as normas e as regras sociais a ela atribuídas.

Após os minutos iniciais conturbados, mostrando os indícios de um crime, o episódio segue, nitidamente apresentando momentos pregressos ao ato. Uma festa, com amigos e familiares na casa dos pais de Alice, no bairro do Grajaú, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, reunindo todos os membros da família, Jorge (interpretado pelo ator Claudio Marzo) e Alice (interpretada por Marília Pera) anunciam sua mudança de domicílio para um apartamento da Barra da Tijuca. Carinhosos e gentis, o casal supostamente está aguardando a chegada de um filho (pouco tempo depois, Alice descobre que não está grávida).

Momentos depois, Alice comenta com sua irmã Laura (interpretada por Suzana Vieira), que não tem certeza de sua gravidez, pois o casal tenta há mais de dois anos sem sucesso. Em seguida argumenta que gostaria de ter um “menino”, pois seu pai “ficaria muito triste se soubesse que esperava uma menina”. Segue o diálogo:

Alice – ... eu tenho quase certeza de que eu tô grávida sim, estou atrasada há mais de dez dias e eu sou um relógio, você sabe...

Laura – É... eu sei!

Alice – Eu queria tanto que fosse verdade, que eu estivesse grávida, são dois anos tentando...

Laura – Tentando mesmo, não é? Alice, Alice... eu acho que se não for desta vez, vai ser da próxima... o Jorge vai continuar tentando, não vai?

² No Brasil, a Lei do Feminicídio foi institucionalizada em março de 2015 e, portanto, o uso do termo não fazia parte das práticas discursivas no contexto em que a minissérie foi exibida.

Eu acho que você não deve se grilar não! Eu sei dessa pressão toda da família, mas fica na tua, Alice! Depois essa obrigação de ter um filho homem... e se nascer uma menina, como é que vai ser? Joga fora?

Alice – Não... nossa, papai ia ficar arrasado se fosse uma menina! Duas filhas, depois três netas... ele que sempre quis ter um filho homem

Laura – ... seu marido é o Jorge ou é o Papai?

Alice – Mas o Jorge também quer um filho homem...

Laura – E você, o que é que você quer? Se bem que não adianta muito querer ou não querer... se eu pudesse escolher, eu não teria!

O trecho acima demonstra o descontentamento com o possível nascimento de uma menina e salienta a importância para terceiros em ter um “filho homem”. Historicamente, entre nobres monarcas o nascimento de um menino era esperado com o intuito de este assumir o trono, sendo pouco aceitável uma mulher nesta mesma expectativa, salvo algumas exceções. Entretanto, no contexto dos anos 1980, essa lógica permanece implícita nos discursos, mascarada pela superioridade e autoridade paterna e do marido. Assim, a tutela do corpo e a vontade feminina seguiriam exercidas pelos homens, conforme salientado por Mary Del Priori e Safiotti.

No campo analítico, Orlandi (2009, p. 79) discorre sobre o chamado *interdiscurso*, que diz respeito “a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, ou seja, ele é um conjunto não discernível, não representável de discursos que sustentam a possibilidade mesma do dizer, sua memória”. Assim, o discurso em si não encontra base analítica, uma vez que é preciso um “conjunto de noções”, que possam sustentar as análises. Portanto,

Num retorno contínuo do objeto de análise para a teoria, num movimento constante de descrição e interpretação, o analista tece as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente. (ORLANDI, 2009, p. 80)

A personagem Alice é apresentada como uma mulher insegura, temerosa em relação ao julgamento social e submissa. A forma de articular fala e pensamento são comedidos e sempre demonstrando sua subserviência ao marido e ao pai. Este comportamento advindo das mulheres, historicamente e ideologicamente, costuma ser observado como o que é aceitável e, portanto, é retratado não como uma fragilidade, mas sim como naturalmente esperado. O papel feminino ligado à maternidade, está sutilmente impresso no trecho “...*Eu queria tanto que fosse verdade, que eu estivesse grávida, são dois anos tentando...*”, onde Alice, embora aparentemente expresse sua vontade, no cotidiano estar casada e não ser

mãe é algo reprovável. Dessa perspectiva provém o discurso de que “ser mãe” é o “destino da mulher”. E isto está no campo do processo de socialização e naturalização de um determinado discurso ou forma de pensar atribuído há um determinado grupo social. Em geral, tais dimensões encontram-se no campo do inconsciente.

O simbolismo impresso no diálogo entre Alice e Laura, cuja forma “natural” com a qual ambas expressam a aversão ao feminino, ao afirmar que “*papai ia ficar arrasado se fosse uma menina! Duas filhas, depois três netas... ele que sempre quis ter um filho homem*”, armazenam inconscientemente a cultura machista misógina, corroborando para a inferiorização do feminino e sua consequente vulnerabilidade, tanto na violência simbólica (especialmente àquelas inscritas nas palavras e gestos, por vezes sutis, mas que promovem a inferiorização da mulher) como na vida cotidiana.³

A violência simbólica abordada neste trabalho está atrelada ao aspecto do poder simbólico, exposto por Pierre Bourdieu. Para o autor,

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 2004, p. 14-5)

Portanto, os discursos são carregados de poder e, não necessariamente perceptíveis, o poder de quem profere sobre os que recebem a informação está pautado tanto no tipo de representatividade que o primeiro tem sobre o segundo, como nas expectativas atribuídas há uma das partes envolvidas na trama discursiva.

³ Neste aspecto, Pierre Bourdieu (2007), ao enfatizar que a dominação masculina está enraizada no campo familiar, apresenta uma opção interessante de interpretação das subjetividades impressas nos discursos, conforme exposto na primeira parte deste artigo.

4. Considerações finais

Este breve artigo teve como principal objetivo demonstrar, a partir do método da análise do discurso (ORLANDI, 2009), as formas sutis discursivas que corroboram e perpetuam a violência de gênero, especificamente àquela cometida contra mulheres no âmbito das relações conjugais.

Na primeira parte chamou-se a atenção para a discussão teórica em torno do machismo e da dominação masculina, cuja lógica cultural e histórica advinda do período colonial, tipicamente patriarcal, influencia no cotidiano e no campo simbólico as inúmeras subjetividades que envolvem a subalternização feminina.

Para realizar a interseção teoria – contextualização – discurso, utilizou-se como objeto de estudo os diálogos proferidos no primeiro episódio da minissérie “Quem ama não mata”, produzida pela Rede Globo e exibida no ano de 1982. Neste episódio, as nuances e sutilezas contidas nas narrativas e a construção das personagens, formaram uma fonte analítica interessante para desenvolver uma análise do discurso, especialmente em torno do interdiscurso.

Neste sentido, duas questões foram observadas: a primeira é a de que a cultura machista foi demonstrada nas falas e atitudes das personagens Alice e Jorge, com o intuito de transparecer a naturalidade com a qual a invisibilidade do feminino é justificado ao longo da trama; a segunda questão observada foi a violência simbólica sofrida pela personagem Alice, desde o processo de silenciamento dos desejos e vontades da personagem, até na frustração e autoculpabilização em decorrência da “dificuldade em ter um filho”.

Este breve artigo teve como principal motivação a compreensão outros caminhos para a discussão acerca da violência de gênero, especialmente àquela cometida contra mulheres no bojo das relações intrafamiliares. Portanto, é um esforço para oferecer, a partir do método *análise do discurso*, uma reflexão (parcial) acerca da dificuldade em romper com a lógica cultural machista e misógina, enraizada na sociedade brasileira e reproduzida dentro das esferas pública e privada cotidianamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.
- DRUMONT, Mary Pimentel. *Elementos para uma análise do machismo*. São Paulo: *Perspectivas*, 3, 1980, p. 81-85. (disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>).
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- FOUCAULT, M. Entrevista com Michel Foucault, por Sérgio P. Rouanet e J. G. Merquior. In: FOUCAULT, M.; ROUANET, S. P.; MERQUIOR, J. G.; LECOURT, D.; ESCOBAR, C. H. *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Violência de Gênero: da criação das DEAM's Lei Maria da Penha. In: *CONINTER 4*. Foz do Iguaçu: Unioste. 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.